



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Escola Judiciária Eleitoral

Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento

- Exercício 2016 -

Florianópolis, dezembro de 2015.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Escola Judiciária Eleitoral

1. Apresentação

O ano de 2015 trouxe profundas alterações na estrutura orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Importa destacar, na elaboração deste Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento – PACD 2016, a nova estrutura da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina que originou mudanças nas unidades que compõem a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (CED) da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Com base na Resolução TSE n. 24.433/2014, que dispôs sobre a nova estrutura, o funcionamento e as competências das Escolas Judiciárias Eleitorais (EJEs) nas Unidades da Federação, foram editadas no âmbito deste Tribunal as Resoluções TRESA n. 7.927/2015 (Reestruturação da EJESC) e n. 7.928/2015 (Regimento Interno).

A partir da inovação normativa, são finalidades da EJESC:

(I) a formação, a atualização e a especialização continuada ou eventual em áreas de interesse da Justiça Eleitoral, de seus magistrados e servidores, admitida a participação de outros interessados;

(II) o aperfeiçoamento de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, com foco na melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços eleitorais;

(III) o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral;

(IV) o desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania.

A criação da nova estrutura da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina – EJESC teve seu Regimento Interno aprovado em 27 de maio do corrente. A partir daquela data iniciou-se um período de transição durante o qual a Seção de Desenvolvimento e Capacitação (SDC), conforme a Portaria P. 149/2015, passou a prestar apoio à Escola e, ao final, todas as ações de capacitação de servidores e magistrados passarão a ser responsabilidade da Escola.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

Frente a este momento de transição, no qual as atividades desenvolvidas pela Seção de Desenvolvimento e Capacitação vêm, de forma gradativa, sendo integradas às novas exigências normativas da Escola, restou a elaboração do PACD/2016, ainda sob a coordenação da CED. Cabe destacar que o PACD/2016 integrará o Plano Anual de Trabalho da EJESC e, a partir de 2017, sua elaboração fará parte das atribuições da Escola.

2. Descrição do PACD/ 2016

Seguindo os moldes dos planos de 2014 e 2015 e em observação às diretrizes traçadas na Resolução TSE n. 22.572/2007— que dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral—, o PACD/2016 contempla 4 Planos de Desenvolvimento:

1. Plano de Desenvolvimento Técnico
2. Plano de Desenvolvimento Organizacional
3. Plano de Desenvolvimento de Órgãos Públicos
4. Plano de Desenvolvimento das Eleições

O **Plano de Desenvolvimento Técnico** é composto por oito eixos temáticos, divididos em subeixos que expressam, de modo geral, os processos e/ou temas fundamentais de cada eixo e orientam a escolha dos eventos de capacitação pelas unidades orgânicas. Tais eixos estão vinculados ao Planejamento Estratégico deste Tribunal e voltados ao cumprimento da missão da Justiça Eleitoral.

O Plano de Desenvolvimento Técnico do PACD/2016, após definição prévia, é composto por 8 eixos e 41 subeixos, conforme descritos nas tabelas abaixo:

1. Eixo: Cadastro eleitoral

Subeixo
Cadastro biométrico

2. Eixo: Prestação jurisdicional

Subeixo
Prática Cartorária (processamento de feitos)
Direito Eleitoral e Processual Eleitoral
Direito Penal e Processual Penal
Direito Civil e Processual Civil



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Escola Judiciária Eleitoral

Legislação Partidária
Gestão dos Sistemas de Apoio
Prestação de Contas

3. Eixo: Gestão da Informação

Subeixo
Gestão do Conhecimento e da Informação
Sistemas Informatizados de Gestão Documental
Gestão de Museus

4. Eixo: Tecnologia da Informação

Subeixo
Programação de Sistemas e Scripts
Bancos de Dados e Datawarehousing
Gestão de Conteúdo Web
Gerenciamento de Serviços de TI (processos ITIL)
Administração de Redes de Computadores
Administração de Sistemas Operacionais
Aplicações de Automação de Escritório

5. Eixo: Gestão Administrativa

Subeixo
Orçamento, Finanças e Contabilidade Públicos
Atendimento ao Público
Licitações
Contratos
Sistemas Corporativos
Infraestrutura
Auditoria

6. Eixo: Gestão de Pessoas

Subeixo
Capacitação
Clima Organizacional
Gestão por Competência
Legislação de Pagamento e de Pessoal

7. Eixo: Planejamento e gestão

Subeixo
Governança Corporativa
Planejamento Estratégico
Processos de Negócio
Gerenciamento de Projetos
Riscos
Continuidade de Negócio



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

8. Eixo: Comunicação institucional

Subeixo
Assessoria de Imprensa
Cerimonial e Protocolo
Mídias
Divulgação e Marketing
Serviços Multimídia
Ouvidoria

O **Plano de Desenvolvimento Organizacional** visa ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do corpo gerencial do TRESA. Tem foco na capacitação, no desenvolvimento e no aperfeiçoamento das habilidades e atitudes necessárias ao gestor. Atende ao disposto no art. 6º, inciso III, da Resolução TSE n. 22.572, de 16 de agosto de 2007, que determina a realização de, pelo menos, 30 (trinta) horas de capacitação destinada à formação e ao desenvolvimento de gestores, a cada dois anos. Neste plano, o corpo gestor subdivide-se em dois grupos: os gestores detentores de CJs e os detentores de FCs de natureza gerencial, todos descritos na Portaria P n. 97, de 8 de junho de 2015.

O **Plano de Desenvolvimento de Órgãos Públicos** tem por escopo o aproveitamento das ações educacionais organizadas por outros órgãos públicos.

O **Plano de Desenvolvimento das Eleições** atende ao Plano de Gerenciamento de Recursos Humanos do Projeto Eleições 2016 que identifica e propõe ações de capacitação voltadas às atividades de eleições. Este plano é incluído no PACD somente em anos eleitorais e não utiliza a verba destinada à capacitação. Há um orçamento específico para as eleições.

Este PACD/2016 adota como estratégia de ensino as modalidades de capacitação definidas, metodologicamente como:

1. *In company*: cursos contratados e ministrados nas dependências do Tribunal, com a finalidade de capacitar o maior número de servidores com menor impacto no orçamento. Visa, portanto, à otimização dos recursos. Os cursos desta modalidade podem ser presenciais - com a participação *in loco* dos servidores -, ou semipresenciais - presencial com videoconferência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

2. Externos: cursos contratados e ministrados fora das dependências do Tribunal.
3. Virtuais: cursos na modalidade de ensino à distância disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça — CNJ, Tribunal Superior Eleitoral — TSE, ou por outros Tribunais Regionais Eleitorais, bem como contratados no mercado ou elaborados por tutores internos. Proporcionam ações de desenvolvimento sem restrições pelas distâncias geográficas.

A execução dos Planos de Desenvolvimento, à exceção do Plano de Desenvolvimento das Eleições, está condicionada à disponibilização da verba orçamentária das ações estratégicas “Capacitação de Recursos Humanos – PAC e Capacitação de Recursos Humanos – TI”. A previsão orçamentária para 2016 é de R\$ 644.788,63 (seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos).

Com o escopo de otimizar a utilização da verba destinada à formação e aperfeiçoamento do servidor, foram definidas premissas que serão referência na autorização de participação em eventos. São elas:

1. Priorização da realização de cursos *in company* e à distância (Ead), em virtude da possibilidade de treinar maior número de servidores, a custo mais reduzido.
2. Incentivar a condução das ações de formação e aperfeiçoamento dos servidores por magistrados e servidores na condição de instrutores internos.
3. Intensificar o incentivo à participação em cursos promovidos por Órgãos Públicos (CNJ, TCU, TSE, etc.), pois não apresentam custos de inscrição e os temas são voltados à realidade do serviço público.
4. Intensificar o incentivo à participação em eventos sem custos para o TRES. Há inúmeros treinamentos que suprem a necessidade de capacitação, os quais são oferecidos na cidade de lotação do servidor por órgãos públicos ou outras entidades, sem qualquer custo. Essa premissa será estendida aos servidores das Zonas Eleitorais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

5. Redução da realização de cursos externos a eventos que não possam ser ministrados *in company* ou cuja especificidade justifique.
6. Cumprimento do PACD.

Busca-se, com a implementação dessas premissas, atender às diretrizes da Resolução CNJ n. 192/2014 - que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores da Justiça Eleitoral.

3. Objetivo Geral

Assegurar que o programa de capacitação dos servidores do TRESA seja executado em consonância com a missão e os objetivos estratégicos institucionais.

4. Objetivos Específicos

- Coordenar e possibilitar o acesso de todos os servidores às ações de capacitação e desenvolvimento.
- Utilizar com efetividade os recursos orçamentários disponíveis, a fim de garantir a melhor relação custo-benefício para a Administração.
- Assegurar a realização de cursos de capacitação destinados à formação e ao desenvolvimento dos gestores (FCs e CJs), em atendimento ao disposto no art. 6º, III, da Resolução TSE n. 22.572/07.
- Desenvolver e incentivar o uso da metodologia EaD, através de cursos disponibilizados pelo CNJ, TSE ou por outros Tribunais Regionais Eleitorais, bem como contratados no mercado ou desenvolvidos por instrutores internos.
- Priorizar, sempre que possível, a realização de cursos *in company*.
- Estabelecer parcerias com outros órgãos e instituições de ensino para execução de ações de capacitação.
- Cumprir as metas estratégicas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

5. Metodologia

O processo de elaboração do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento - 2016, como já destacado, segue o mesmo modelo dos PACD/2014 e PACD/2015 com pequenas alterações na composição dos Planos de Desenvolvimento. No Plano de Desenvolvimento Técnico permanecem os eixos temáticos de competências direcionando o levantamento das necessidades de capacitação e desenvolvimento. Esses eixos temáticos fixam diretrizes às unidades administrativas para delimitar os domínios de competências de interesse institucional e funcionam como classificação das necessidades de treinamentos identificadas.

Os eixos temáticos, bem como os Planos de Desenvolvimento que constituem este PACD, foram reavaliados por todos os relatores¹ dos eixos temáticos, considerando a experiência dos dois anos anteriores de implementação do novo formato do PACD. Assim, o processo de construção do PACD/2016 envolveu as seguintes etapas:

1ª Etapa

- Apresentação dos resultados alcançados, dos indicadores do PACD/2015; definição, juntamente com os relatores, das diretrizes do programa de capacitação para o exercício de 2016, bem como dos eixos e subeixos que compõem o PACD/2016.
- Identificação dos treinamentos de interesse pelas unidades administrativas registrados na planilha "Levantamento das Necessidades de Capacitação e Desenvolvimento".
- Consolidação de todos os treinamentos indicados numa única planilha.

2ª Etapa

- Consolidação, pelos relatores, do Plano de Desenvolvimento técnico.

3ª Etapa

- Elaboração do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento e apresentação ao Conselho Deliberativo e Técnico-científico da EJESC, para aprovação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

4ª Etapa

- Implementação e Operacionalização do Plano pela EJESC.
- Avaliação e acompanhamento das ações de capacitação e desenvolvimento.

5ª Etapa

- Elaboração do Relatório Físico-Financeiro do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento e apresentação ao Conselho Deliberativo e Técnico-científico da EJESC.

6. Considerações Finais

Cada plano elencado no presente documento envolve um conjunto de ações educacionais a serem implementadas em 2016 pela EJESC.

As premissas que regem o PACD/2016 visam ampliar a oferta de ações educacionais no Ambiente Virtual de Aprendizagem deste Tribunal – Plataforma Moodle e dos treinamentos *in company*.

A EJESC assumirá a execução, acompanhamento e avaliação do PACD a partir de 2016. Além de lidar com as mudanças em suas atribuições, a EJESC enfrentará grande desafio no gerenciamento deste PACD. A previsão orçamentária para 2016 reduziu a verba destinada às ações estratégicas voltadas à capacitação e aperfeiçoamento do servidor. Este fato, aliado ao aumento das diárias e deslocamentos dos servidores e magistrados, ocorrido no ano de 2015, gerarão impacto na execução do Plano. Por esta razão, os eventos na modalidade à distância, o incremento da instrutoria interna e dos cursos *in company* devem ser especialmente incentivados em 2016.

Por fim, o calendário de eventos presenciais ou virtuais será disponibilizado na intranet e estará sujeito a eventuais ajustes para melhor atender à demanda de todos os servidores do TRESA.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo e Técnico-Científico
Florianópolis, 11 de dezembro de 2015.

¹ Os relatores dos eixos temáticos são os responsáveis pela sistematização do eixo conexo à atividade precípua de cada unidade administrativa